

CPI não acha ligação de Roriz com empreiteiras 314

Alan Marques

O governador Joaquim Roriz depôs durante mais de quatro horas a cinco membros da CPI do Orçamento e obteve do coordenador da subcomissão de bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA), a garantia de que, até agora, não encontrou nenhum indicador de ligação do governador com empreiteiras ou parlamentares que estão sendo investigados. Já o relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães, disse, ao sair da residência oficial de Águas Claras, que "o governador Joaquim Roriz, em 4h30m de depoimento, em momento algum deixou de responder a qualquer tipo de pergunta".

Segundo Magalhães, o governador se dispôs a falar "até sobre questões pessoais". O aspecto da movimentação bancária será ainda fechado pela subcomissão de bancos da CPI, mas o relator destacou que alguns esclarecimentos foram "satisfatórios". Para o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), representante da Subcomissão Patrimonial e de Bancos, "o governador prestará outras informações à Receita Federal, pois já encaminhou ao órgão requerimento de inclusão de dados e deve fornecer novas informações".

Indagado se esse fato não implicaria em irregularidades, Salomão disse que é normal contribuintes, principalmente os que tem muitos bens, omitirem alguns dados em suas declarações de renda e afirmou que esse não era o aspecto mais importante da CPI. "Não estamos investigando se um político é mais rico ou menos rico", disparou.

Convênio — Durante o depoimento, o governador Joaquim Roriz não se lembrou de um convênio assinado no dia 31 de dezembro de 1990 entre o GDF e o Ministério da Ação Social, no valor de US\$ 1.212 milhão.

Ao final do depoimento, Roriz se comprometeu a dar explicações e enviar comprovantes sobre a movimentação bancária no período de 1989 a 1993. "Os números não batem", afirmou o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães. A diferença entre os cálculos da subcomissão de bancos e os do governador é de US\$ 1 milhão. Joaquim Roriz também prometeu encaminhar documentos complementares sobre sua evolução patrimonial.

O deputado Roberto Magalhães vai pedir que o Tribunal de Contas da União (TCU) investigue o convênio assinado pelo governador e a ex-ministra da Ação Social, Margarida Procópio, tendo como testemunha a vice-governadora Márcia Kubitschek. O convênio destinou recursos para a construção de 54 galpões da Fundação Fraternidade Essência, inclusive fora do Distrito Federal. Os recursos foram repassados à fundação pela Codeplan.

O deputado Luiz Salomão

(PDT-RJ), da subcomissão patrimonial e fiscal, ressaltou ao governador o seu empenho para construir o metrô de Brasília, orçado em US\$ 120 milhões. Do repasse de 25% deste valor, que caberia à União, só 3% foram até agora liberados, segundo o secretário de Comunicação do GDF, Wellington Moraes. Salomão sugeriu a Magalhães que incluía no relatório final da CPI, sugestão para o que o Governo Federal cumpra todos os repasses de sua responsabilidade.

O deputado Roberto Magalhães considerou o depoimento "longo e esclarecedor". Magalhães, Luiz Salomão, Benito Gama, Sérgio Miranda e Nelson Trade (PTB-MS) chegaram à residência oficial do governador, em Águas Claras, às 17h05, e só saíram às 21h40, anunciando que prosseguirão as investigações sobre pontos que ainda permanecem pendentes.

Desabafo — O governador Joaquim Roriz defendeu uma ampla revisão da organização do Estado brasileiro e de profundas mudanças na prática orçamentária vigente, ao depor como testemunha perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga manipulação de recursos da União pela chamada "máfia do Orçamento". Roriz fez questão de enfatizar que, embora pareceres jurídicos defendam a tese de que governadores estaduais situam-se fora do âmbito de competência de CPIs do Poder Legislativo Federal, desde o início colocou-se à disposição da Comissão para, com seu testemunho, auxiliá-la e dar sua contribuição para o aperfeiçoamento das instituições e para a moralização das práticas políticas.

Roriz entregou aos cinco membros da Comissão que o ouviram — deputados Roberto Magalhães (coordenador), Benito Gama, Nelson Trade, Sérgio Miranda e Luiz Salomão — farta documentação sobre seu patrimônio e movimentação bancária, levantada por uma equipe de auditores. Essa documentação comprovou que o movimento financeiro de suas contas bancárias nos últimos três anos totalizou US\$ 5 milhões, absolutamente compatível com seu patrimônio material, que soma US\$ 20 milhões. Adversários políticos de Roriz chegaram a "vazar" para a imprensa, sob a proteção do anonimato, que aquela movimentação teria sido de US\$ 9 milhões.

O governador fez um desabafo emocionado das angústias e sofrimentos a que foi submetido nos últimos três meses, "desde que fui citado por um homicida em entrevista à revista de grande circulação nacional". "Meus trinta anos de vida pública, empresarial e até pessoal foram virados pelo avesso, num processo de apuração de que muito se utilizaram nossos adversários na política de Brasília".



Magalhães considerou positiva a disposição de Roriz em responder às indagações, mas observou que "convencer é difícil"

Geraldo Magela

315



João Alves Filho não explicou a liberação de US\$ 40 milhões de subvenções quando era ministro

Ana Araújo